

3ª CÂMARA CÍVEL

AGRG NO AI Nº 329203-9

NPU: 0002252-40.2014.8.17.0000

AGRAVANTE: EDSON DE ALBUQUERQUE SANTOS

AGRAVADO: BANCO GMAC S/A

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

ACÓRDÃO

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECEBIMENTO COMO AGRAVO LEGAL. FUNGIBILIDADE. DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDO NA ORIGEM. DECISÃO MANTIDA. ELEMENTOS NOS AUTOS QUE NÃO CONTRIBUEM PARA PROVAR A HIPOSSUFICIÊNCIA DA AGRAVANTE.

1. "Consoante entendimento da Eg. Corte Especial, a justiça gratuita pode ser deferida à pessoa física mediante sua simples declaração de hipossuficiência, cabendo à parte contrária impugnar tal pedido. Não obstante, o Juiz da causa, em face das provas existentes nos autos, ou mesmo das que, por sua iniciativa, forem coletadas, pode indeferir o benefício" (STJ, CE, AgRg nos EREsp 1232028/RO, Rel. Min. Gilson Dipp, j. 29/08/2012, in DJe 13/09/2012).
2. "A declaração de pobreza, objeto do pedido de assistência judiciária gratuita, implica presunção relativa de veracidade, que pode ser afastada se o magistrado entender que há fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (...). (STJ, 4ª T., AgRg no Ag 1374348/SP, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, j. 09/08/2011, in DJe 19/08/2011).
3. Consoante analisado na decisão atacada, alguns elementos encontrados nos autos da ação originária não nos permitem concluir que a Recorrente não tenha, de fato, condições de pagar os emolumentos judiciais. Merece ser mantida a decisão que indeferiu o pedido de gratuidade da justiça.
4. Recurso improvido.

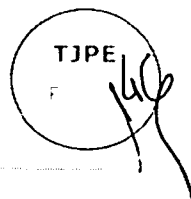
Vistos, relatados e discutidos estes autos do agravo regimental (recebido como agravo legal) nos autos do agravo de instrumento nº. 329203-9, em que figura como Agravante Edson de Albuquerque Santos e como Agravado Banco Gmac S/A, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Recife,

28-1-2014

Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator



3ª CÂMARA CÍVEL

AGRG NO AI Nº 329203-9

NPU: 0002252-40.2014.8.17.0000

AGRAVANTE: EDSON DE ALBUQUERQUE SANTOS

AGRAVADO: BANCO GMAC S/A

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

RELATÓRIO

Cuida-se de agravo regimental desferido contra decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento (fls. 102/104) interposto contra o *decisum* proferido pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes/PE, que indeferiu os benefícios da justiça gratuita requeridos pelo Agravante na ação ordinária de revisão de contrato c/c consignação em pagamento (proc. nº. 0022435-61.2013.8.17.0810), proposta em face do Banco GMAC S/A, ora Agravado.

Na decisão terminativa atacada, entendeu-se - assim como o fez a magistrada de primeiro grau - que existiam nos autos elementos demonstrando a capacidade financeira do Agravante para arcar com os valores das custas processuais, sem prejuízo de seu sustento.

Em suas razões recursais, reitera o Recorrente os mesmos argumentos invocados no agravo de instrumento, a fim de obter a reforma da decisão terminativa proferida por este Relator, quais sejam: a) para a concessão da gratuidade da justiça, basta a declaração de pobreza feita pela parte nos autos, vez que há presunção legal de sua veracidade; b) cabe à parte contrária provar que dita declaração é inverídica e que, por isso, o interessado não preenche os requisitos exigidos na Lei 1.060/50; c) não há na legislação pátria nenhum parâmetro que possa medir o nível de pobreza do cidadão, nem qualquer restrição à assistência de advogado particular aos beneficiários da justiça gratuita; d) o condicionamento da efetivação da tutela jurisdicional por meio do pagamento de custas significa negar justiça aos que dela precisam; o indeferimento só se justifica com fortes indícios, nos autos, de que o requerente possui condições financeiras de arcar com os emolumentos judiciais; e) deve o magistrado requisitar à parte que comprove a miserabilidade, quando os indícios não forem fortes; f) o fato da Agravante ter firmado contrato com valor de parcela "alto" não quer dizer necessariamente que ela terá condições de acrescentar uma despesa a mais no seu orçamento; g) a lei não traz qualquer menção à impossibilidade de advogado particular patrocinar indivíduo beneficiado com gratuidade de justiça.

Independendo o feito de pauta, e não reconsiderando a decisão recorrida, apresento o recurso em mesa para apreciação e julgamento.

É o breve relatório.

Recife, 28-11-2018


Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator

3ª CÂMARA CÍVEL

AGRG NO AI Nº 329203-9

NPU: 0002252-40.2014.8.17.0000

AGRAVANTE: EDSON DE ALBUQUERQUE SANTOS

AGRAVADO: BANCO GMAC S/A

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

VOTO

Em princípio, aplica-se o enunciado da Súmula nº 42 deste Tribunal de Justiça para, em homenagem ao princípio da fungibilidade, conhecer do presente recurso como recurso de agravo, eis que ataca decisão terminativa, nos termos do art. 557, § 1º do CPC.

O Agravante se insurge contra a decisão que indeferiu os benefícios da gratuidade da justiça requeridos nos autos da ação de revisão de contrato c/c consignação em pagamento, firmado com o Agravado para aquisição de veículo.

Na decisão terminativa agravada manteve o mesmo posicionamento, após vislumbrar que alguns elementos encontrados nos autos da ação originária não nos permitiam concluir que o Recorrente não tinha, de fato, condições de pagar os emolumentos judiciais. Explico.

Consta dos autos que o Agravante é militar aposentado, percebendo salário líquido de R\$ 1.769,53, conforme contracheque acostado às fls. 42. Mesmo com salário neste patamar, em 08/11/2010 o Agravante firmou contrato de arrendamento mercantil com o Banco Agravado, objetivando a aquisição de um veículo no valor de R\$ 33.990,00 (fls. 44), em 60 prestações mensais, de R\$ 746,73 (fls. 55), parcelas estas que representam aproximadamente 50% do valor dos proventos recebidos mensalmente pelo Agravante. É de se registrar que, com o parcelamento, restou previsto como total a ser pago pelo bem, ao final do contrato, a importância de R\$ 44.803,80 (fls. 58).

Tais aspectos encontrados nos autos nos levam a questionar a verossimilhança da alegação de hipossuficiência do Recorrente.

Nesse contexto, o STJ defende que a presunção de pobreza nos autos é relativa, podendo ser refutada caso o magistrado identifique que há fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. CABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃOS ORIGINÁRIOS DA MESMA TURMA JULGADORA. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA FÍSICA. INDEFERIMENTO PELA INSTÂNCIA ORDINÁRIA, CONSIDERANDO INDEMONSTRADA A ALEGADA HIPOSSUFICIÊNCIA. PRETENDIDA INVERSÃO DO JULGADO. REVISÃO DE PROVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 07 DO STJ. APLICAÇÃO DA SÚMULA 168/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (...) II - Consoante entendimento da Eg. Corte Especial a justiça gratuita pode ser deferida à pessoa física

31

mediante sua simples declaração de hipossuficiência, cabendo à parte contrária impugnar tal pedido. Não obstante, o Juiz da causa, em face das provas existentes nos autos, ou mesmo das que, por sua iniciativa, forem coletadas, pode indeferir o benefício, situação em que não há como rever sua decisão em recurso especial, a teor da Súmula n.º 07 desta Corte. (...) (STJ, CE, AgRg nos EREsp 1232028/RO, Rel. Min. Gilson Dipp, j. 29/08/2012, in DJe 13/09/2012)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INDEFERIMENTO. REEXAME. ENUNCIADO 7 DA SÚMULA DO STJ. NÃO PROVIMENTO. 1. A presunção de pobreza, para fins de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, ostenta caráter relativo, podendo o magistrado investigar a situação do requerente caso entenda que os elementos coligidos aos autos demonstram a capacidade de custeio das despesas processuais. (...) (STJ, 4ª T., AgRg no Ag 1365235/SP, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, j. 20/09/2012, in DJe 05/10/2012)

PROCESSO CIVIL. LEI N. 1.060/1950. JUSTIÇA GRATUITA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. PESSOA JURÍDICA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. 1. A declaração de pobreza, objeto do pedido de assistência judiciária gratuita, implica presunção relativa de veracidade, que pode ser afastada se o magistrado entender que há fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (...). (STJ, 4ª T., AgRg no Ag 1374348/SP, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, j. 09/08/2011, in DJe 19/08/2011)

Desta feita, mostrou-se acertada a decisão do Juízo singular, pois, diante dos elementos coligidos nos autos, acredita-se que o Agravante detém condições financeiras de pagar o valor das custas da ação revisional que intentou contra o Agravado.

Por tais considerações, neguei seguimento ao agravo em apenso, ante a sua manifesta improcedência e por estar em confronto com jurisprudência dominante do STJ e, pelos mesmos fundamentos, **NEGO PROVIMENTO** a este recurso.

Recife, 28-11-2014


Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator